

DOCUMENTO BASE

Nome da entidade formadora

Escola Profissional Bento Jesus Caraça

Morada e contactos da entidade formadora

Rua Vitor Cordon, n.º 1 – R/C - 1200-482 Lisboa

Tel. 213 255 326

pedagogico.geral@epbjc.pt

Nome, cargo e contactos do responsável da entidade formadora

José Rui Pereira Fonseca Ferreira – Presidente da Direção Pedagógica - tel. 213 255 330 –
direccao.pedagogica@epbjc.pt

Lisboa, 29 de abril de 2019

Cofinanciada por



Lisb@20²⁰

PORTUGAL
2020



REPÚBLICA
PORTUGUESA

EDUCAÇÃO

Índice

Apresentação da Escola	4
1. História	4
2. Missão, Visão e Valores	5
2.1 Missão	5
2.2 Visão	5
2.3 Valores	6
2.4 Política da Qualidade	7
Organigrama Geral	9
Organigrama das Delegações	10
3. Oferta Formativa	11
4. A Escola e a Garantia da Qualidade	13
5. Caracterização do Sistema de Gestão e Garantia da Qualidade	14
6. Objetivos Estratégicos e Metas a Atingir	15
6.1 Objetivos da (Política da) Qualidade	15
6.2 Objetivos do Projeto Educativo	16
6.3 Metas a Atingir	18
6.4. Identificação dos <i>Stakeholders</i>	20

7. Responsabilidades no âmbito da Garantia da Qualidade	22
8. Indicadores em uso	25
9. Explicitação da estratégia de monitorização de processos (tendo em conta as fases do Ciclo da Qualidade)	26
10. Análise integrada dos resultados dos indicadores	28
11. Estratégia de Comunicação e Divulgação de Resultados	28

APRESENTAÇÃO DA ESCOLA

1. História

A Escola Profissional Bento de Jesus Caraça (EPBJC) foi legalmente criada no dia 20 de agosto de 1990, data da assinatura de um contrato-programa celebrado entre o Ministério da Educação e a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN), sua entidade promotora.

A CGTP-IN desde sempre se preocupou com a educação e a formação dos jovens e adultos. Anteriormente à EPBJC, em 1986, já a central sindical tinha criado um centro de formação e, mais tarde, nasceu o Instituto Bento Jesus Caraça, em 1994, e o INOVINTER, em 1998.

A Escola é uma entidade autónoma, propriedade da Associação para o Ensino Bento Jesus Caraça (AEBJC), mas inseparável da visão que a CGTP-IN tem das relações sociais, do valor do trabalho e da necessidade absoluta de educação e formação corporizados no seu projeto educativo: uma escola inclusiva e que trabalha para o reforço dos níveis de educação mas, também, para a promoção da cidadania e da igualdade de oportunidades.

A escolha de Bento de Jesus Caraça para patrono da Escola é uma homenagem à sua vida e obra, bem como uma forma de nos apropriarmos do seu alto exemplo moral de intelectual português antifascista que a repressão procurou vencer.

O pensamento pedagógico de Bento de Jesus Caraça baseava-se em duas noções fundamentais: a *'cultura integral do indivíduo'*, como objetivo a alcançar, e a defesa da então designada *'escola única'*, como princípio organizador do ensino, isto é, a recusa de uma escola para ricos e outra para os filhos dos trabalhadores. Recusando concepções elitistas, considerava que todos eram responsáveis pela resolução dos seus problemas, pelo que a questão da cultura de toda a humanidade revela-se como uma questão central do seu e do nosso tempo.

Definia a aquisição da cultura como uma tomada de consciência e elevação constante das mais positivas possibilidades humanas sob o ponto de vista físico, intelectual, moral e artístico. A cultura não é monopólio de uma "elite", mas uma reivindicação para toda a

humanidade, o que pressupõe a emancipação económica dos homens e das mulheres e a eliminação de sistemas baseados na exploração.

De Bento de Jesus Caraça herdámos, também, uma cultura de rigor, de exigência e de qualidade no plano da gestão e do processo pedagógico.

2. Missão, Visão e Valores

2.1. Missão

Proporcionar aos alunos uma formação sociocultural, científica, tecnológica e prática, visando o seu desenvolvimento pessoal e cultural, a integração socioprofissional e criar condições para que possam prosseguir estudos. Prepará-los para o exercício profissional qualificado nas áreas de formação escolhidas. Facultar contactos e experiências profissionais, no âmbito da sua formação, com o mundo do trabalho.

Trabalhar em articulação com as instituições económicas, profissionais, associativas, sociais, culturais e educativas, das respetivas regiões, tendo em atenção a adequação da oferta formativa às necessidades específicas das mesmas e a otimização dos recursos disponíveis.

Contribuir para o desenvolvimento económico e social do país através de uma formação de qualidade dos recursos humanos.

Promover a formação integral dos alunos, qualificando-os com competências culturais, científicas, técnicas e profissionais e contribuir para o exercício de uma cidadania ativa e participativa.

2.2. Visão

Defendemos um ensino de qualidade, diverso nas respostas, mas não discriminatório. Todas as vias de ensino (profissional, científico-humanístico e artístico) devem ter igual dignidade, existindo, entre elas, níveis de permeabilidade, recusando o encaminhamento precoce, bem como dificuldades acrescidas em qualquer delas, no que respeita ao acesso ao ensino superior.

Defendemos a reorganização dos currículos escolares, na sequência de um amplo debate educativo e social, que permita à escola formar cidadãos plenos, capazes de intervir nos mais diversos domínios da vida em sociedade.

A diversificação dos percursos escolares deve ser enriquecedora e aprofundar a democraticidade do ensino.

Sem descurar, e até incentivar, a perspetiva de prosseguimento de estudos e da formação ao longo da vida, ao promover o ensino e a educação pelas profissões, a EPBJC prepara os jovens para a sua integração na vida socioeconómica do país, valorizando a Formação em Contexto de Trabalho (FCT), através de uma articulação e acompanhamento que proporcionem experiências de trabalho de qualidade e enriquecedoras na formação dos alunos.

Pela sua duração, currículo, grau académico, certificação profissional e possibilidade de prosseguimento de estudos, o ensino profissional deve ser uma via com igual dignidade social, o que só é possível, nomeadamente, estando garantidas as condições de financiamento.

A EPBJC valoriza e defende o futuro do ensino profissional de qualidade em Portugal e recusa a sua descaracterização ou subvalorização.

2.3. Valores

Cada jovem tem direito a desenvolver-se como pessoa, ser humano e ser social. Por isso, olhamos para o aluno como um todo, com a sua personalidade, o seu percurso, o seu contexto, as suas aspirações, e não apenas como depositário de conhecimento ou futuro profissional.

Assumimo-nos como uma Escola inclusiva, que combate os múltiplos fatores de exclusão social, económica e cultural. Promovemos valores como a justiça social, a igualdade, a coragem e a solidariedade, como contraponto ao individualismo e à visão caritativa e “assistencialista”, favorecendo a cooperação em detrimento da competição.

Defendemos o direito à privacidade de todos os alunos, trabalhadores, encarregados de educação, empregadores e demais entidades singulares que se relacionam com a escola.

Desenvolvemos o espírito de iniciativa dos alunos enquanto construtores sociais do seu percurso de vida, em que se inscreve uma postura ativa de defesa dos seus direitos e garantias.

A educação pela cidadania, ajudando à aquisição de comportamentos de intervenção cívica, balizada em valores democráticos, humanistas e de solidariedade, tem como principal referência a Constituição da República Portuguesa. Uma Constituição democrática e progressista que, na sua génese, coloca como inseparáveis as vertentes política, económica, social e cultural da democracia, aliadas aos desígnios da independência e soberania nacionais.

Uma Constituição que inscreve os direitos dos trabalhadores como intrínsecos à democracia, reconhecendo às mulheres o direito à igualdade no trabalho, na família e na sociedade, que consagra os direitos das crianças e jovens, dos reformados, dos cidadãos com deficiência, que proclama a subordinação do poder económico ao poder político, que lança as bases dos direitos sociais e culturais e consagra como princípios e valores inalienáveis, um Portugal independente, de paz e cooperação.

2.4. Política da Qualidade

A avaliação é um processo sistémico e contínuo que se desenvolve em várias dimensões, nomeadamente, na avaliação do trabalho docente, na recolha e tratamento de dados pelo Observatório da Qualidade, na monitorização dos processos técnico-pedagógicos e na implementação do Sistema da Qualidade alinhado com o Quadro de Referência Europeu de Garantia para o Ensino e Formação Profissional (EQAVET).

A avaliação do trabalho docente na EPBJC tem como objetivo a melhoria do ensino e da organização das aprendizagens dos alunos, bem como a renovação de um compromisso ético e profissional do professor, que se materializa num Plano de Melhoria e Desenvolvimento.

É um processo que se baseia num Relatório Anual de Autoavaliação, elaborado pelo docente, na análise do seu Dossiê Pedagógico, na observação de aulas e na realização de uma entrevista de reflexão.

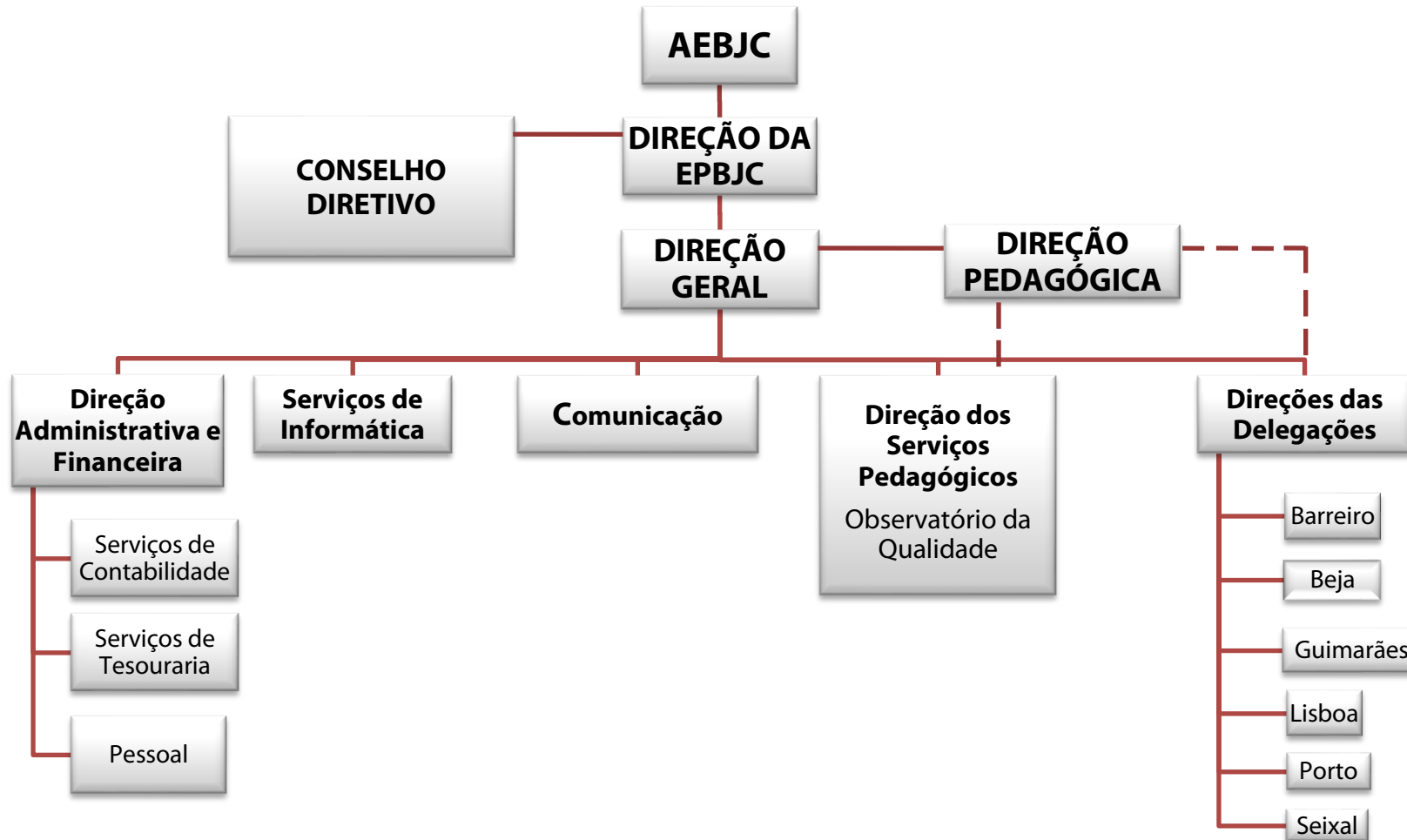
O Observatório da Qualidade recolhe e analisa, sistematicamente, os dados relativos à caracterização dos alunos à entrada (no 10º ano), as desistências, o absentismo e os módulos em atraso, bem como a avaliação dos principais indicadores no final de cada período escolar e no final do ano letivo, o percurso pós-formação do ciclo de estudos e o balanço do ciclo de formação.

A monitorização dos processos técnico-pedagógicos permite aferir o grau de cumprimento dos vários Processos instituídos na EPBJC e a regularização das situações anómalas detetadas.

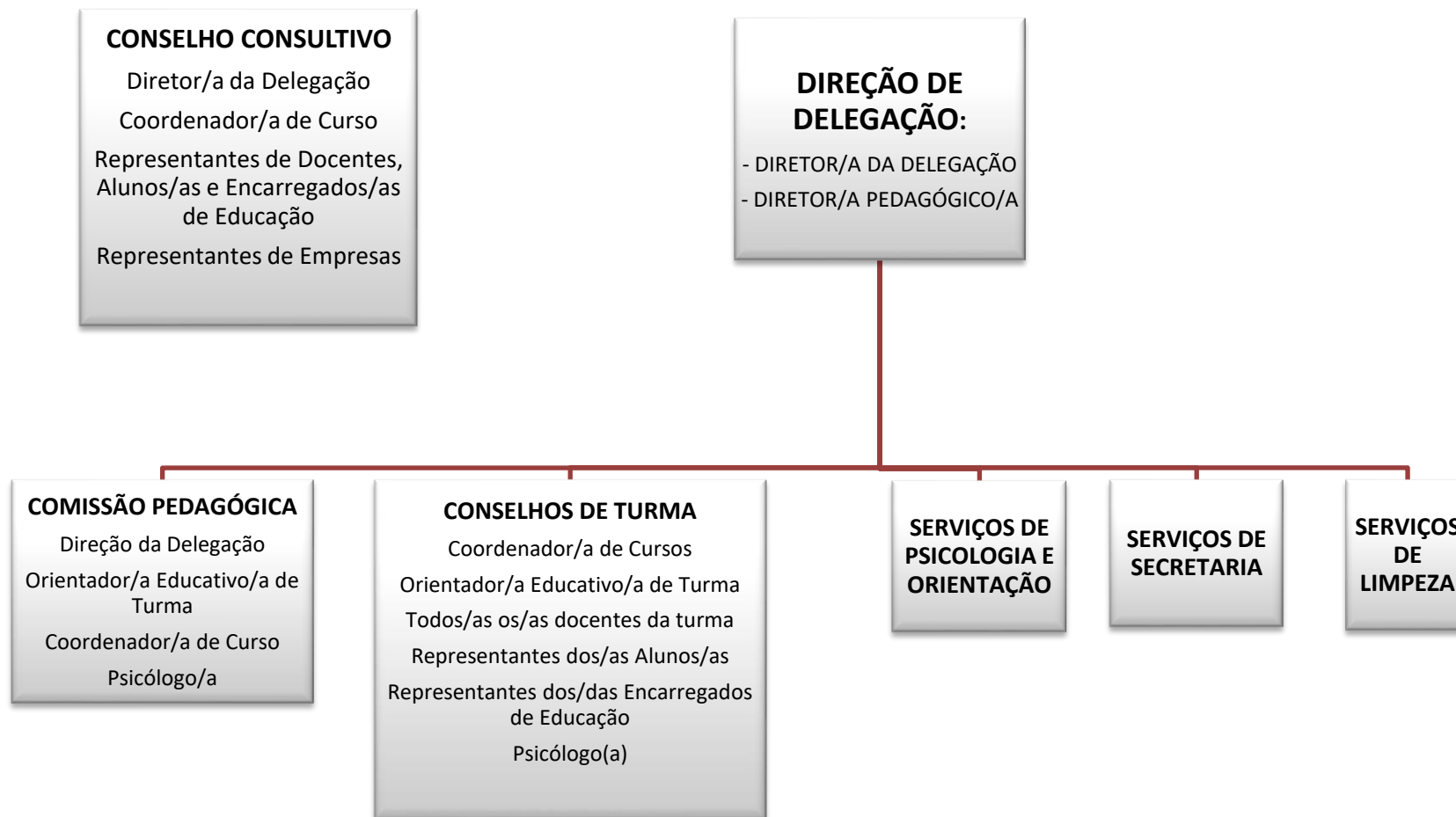
Dando cumprimento ao Decreto-Lei n.º 92/2014, de 20 de junho, que determina que as escolas profissionais sejam objeto de avaliação sistemática, tendo em vista a monitorização dos respetivos processos, resultados e a prestação de contas públicas, estamos a construir um modelo de avaliação alinhado com o Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para o Ensino e Formação Profissional. Trata-se de um renovado compromisso com a Qualidade e da implementação de um sistema que passa pela atribuição de responsabilidades, a identificação e a caracterização dos *stakeholders*, a definição de um processo cíclico de melhoria contínua, através dos indicadores selecionados e da utilização e publicitação dos resultados em cada fase do ciclo da qualidade: planeamento, implementação, avaliação e revisão.



Organigrama Geral



Organigrama das Delegações





3. Oferta Formativa

Cursos Profissionais

Delegação	Curso	Ano Letivo 2016/2017		Ano Letivo 2017/2018		Ano Letivo 2018/2019	
		Total Turmas	N.º de Alunos	Total Turmas	N.º de Alunos	Total Turmas	N.º de Alunos
Barreiro	Animador/a Sociocultural	3	72	3	71	3	65
	Técnico/a de Comunicação – Marketing, Relações Públicas e Publicidade	1	30	2	50	3	67
	Técnico/a de Gestão Programação Sistemas Informáticos	3	78	3	75	3	73
	Técnico/a de Informática de Gestão			1	25	1	22
Beja	Técnico/a de Apoio à Infância	2	56	3	76	3	75
	Técnico/a de Comunicação – Marketing, Relações públicas e Publicidade	2	55	3	71	3	65
	Técnico/a de Higiene e Segurança no Trabalho e Ambiente	1 a)	10				
	Técnico/a de Apoio Psicossocial	1 a)	16				
Pedome/ Guimarães	Técnico/a de Comunicação – Marketing, Relações Públicas e Publicidade	1 a)	17	2 a)	23	3 a)	36
	Técnico/a de Juventude	1 a)	15	2 a)	30	3 a)	36
	Técnico/a de Transportes	2 b)	33	1 a)	11		
	Técnico/a de Informática de Gestão	1	11	1 a)	8		

a) Turma agregada

b) Uma das turmas é agregada

Delegação	Curso	Ano Letivo 2016/2017		Ano Letivo 2017/2018		Ano Letivo 2018/2019	
		Total Turmas	N.º de Alunos	Total Turmas	N.º de Alunos	Total Turmas	N.º de Alunos
Lisboa	Técnico/a de Artes Gráficas	3	73	3	71	3	70
	Técnico/a de Comunicação – Marketing, Relações públicas e Publicidade	3	71	3	75	3	75
	Técnico/a de Gestão Programação de Sistemas Informáticos	3	75	3	71	3	72
	Técnico/a de Gestão de Equipamentos Informáticos	1	21	1	24	1	22
Porto	Técnico/a de Comunicação – Marketing, Relações Públicas e Publicidade	3	78	3	80	3	80
	Técnico/a de Gestão e Programação Sistemas Informáticos	3	86	4	109	5	128
	Técnico/a de Gestão de Equipamentos Informáticos	3	75	3	76	3	77
Seixal	Técnico/a Comercial	2	58	3	79	3	78
	Técnico/a de Gestão de Equipamentos Informáticos	3	84	3	81	3	82
	Técnico/a de Receção	3	79	3	79	3	81
Total		45	1093	50	1185	52	1204

4. A Escola e a Garantia da Qualidade

O nosso compromisso com a qualidade passa, acima de tudo, pelo sucesso educativo dos alunos e o desenvolvimento da sua formação cívica e, por isso, assumimos no Projeto Educativo dois grandes objetivos: elevar os níveis do sucesso educativo e melhorar a Escola enquanto espaço de vivência dos jovens, aprofundando o seu funcionamento democrático participativo aos mais diversos níveis (Assembleias de Turma e Conselhos de Delegados de Turma), incluindo a participação dos alunos na construção das suas aprendizagens, através de um modelo pedagógico baseado nas aprendizagens cooperativas e na diferenciação pedagógica.

O prosseguimento destes objetivos é inseparável da necessidade de conhecermos os resultados da nossa atividade e, nesse sentido, o Observatório da Qualidade existe como serviço integrado na Direção dos Serviços Pedagógicos, que se encontra na dependência direta da Direção Geral e da Direção Pedagógica.

Para implementar um Sistema de Qualidade alinhado com o EQAVET, a EPBJC criou um Grupo Dinamizador da Qualidade composto pela Diretora Geral, Presidente da Direção Pedagógica e elementos da Direção dos Serviços Pedagógicos e dos Serviços Administrativos e Financeiro que efetua de forma sistemática e periódica o acompanhamento e revisão do Sistema da Qualidade alinhado com o EQAVET, ao qual compete:

- Garantir a qualidade dos serviços, de forma a satisfazer as necessidades das partes interessadas;
- Garantir o cumprimento das especificações, normas e outros requisitos legais aplicáveis;
- Preparar, motivar e incentivar todos os recursos humanos para o compromisso com o sistema de Garantia da Qualidade alinhado com o EQAVET;
- Incrementar, como consequência da implementação do Sistema de Garantia da Qualidade, o respeito pelo RGPD – Regulamento Geral de Proteção de Dados;
- Otimizar a eficiência no funcionamento da organização relativamente às atividades relacionadas com a Qualidade;
- Avaliar a concretização dos objetivos definidos;
- Avaliar o comportamento dos Indicadores;

- Avaliar os resultados obtidos, como forma de verificar a adequação e implementação dos procedimentos do Sistema da Qualidade;
- Analisar de forma sistemática as Não-Conformidades, de forma a definir Ações de Melhoria;
- Avaliar a implementação das Ações de Melhoria desencadeadas.

Os dados recolhidos, de acordo com a sua natureza, são avaliados trimestralmente, anualmente ou após um ciclo de formação (3 anos). Esta avaliação decorre nos Conselhos de Turma, nas Comissões Pedagógicas das delegações, nos Conselhos Consultivos (onde estão representados empresários, autarcas, professores, alunos e encarregados de educação), bem como pelos Órgãos de Direção da Escola, o que permite definir objetivos específicos, corrigir estratégias e implementar novas medidas possibilitando a toda a comunidade o conhecimento dos resultados da avaliação, relacionados com todos os indicadores, com a necessária reserva de informação.

Com a criação do Grupo Dinamizador da Qualidade a EPBJC pretende que exista um modelo de monitorização e avaliação onde se espera alcançar:

- Facilidade na leitura e análise dos dados (maior rapidez de diagnóstico);
- Maior simplicidade de procedimentos;
- Informação direta e disponível a todos;
- Eficaz e atempada atuação nos desvios detetados;
- Sustentabilidade nos processos de monitorização e avaliação;
- Mecanismos de supervisão de sala de aula sustentados na monitorização e avaliação;
- Criação de um modelo de gestão de qualidade da organização, assente em indicadores de qualidade;
- Aproximação da comunidade educativa às práticas educativas implementadas na Escola, melhorando a comunicação.

Assumimos a necessidade de adaptação do nosso modelo ao Quadro de Garantia da Qualidade na Educação e Formação Profissional (EQAVET), pois, deste modo, será possível beneficiar de outras experiências e conhecimentos, melhorar o nosso sistema de Garantia da Qualidade e, ao mesmo tempo, obter uma maior visibilidade dos resultados alcançados.

Este compromisso envolve toda a comunidade educativa (alunos, professores, operadores técnicos e administrativos, encarregados de educação, empresários, autarcas e

representantes de outras instituições) e, através da respetiva aprovação formal nos órgãos da EPBJC, damos expressão formal à sua vinculação.

O processo de implementação do sistema de garantia da qualidade alinhado com o Quadro EQAVET inclui, de acordo com os princípios definidos:

- a) A elaboração deste documento-base, onde firmamos o nosso compromisso;
- b) O plano de ação em conformidade;
- c) A implementação do sistema de garantia da qualidade delineado, incluindo o trabalho sobre o conjunto dos indicadores selecionados;
- d) A solicitação da verificação (auditoria) de conformidade do sistema de garantia da qualidade com o Quadro EQAVET.

5. Caracterização do Sistema de Gestão e Garantia da Qualidade

As prioridades da Estratégia Europa 2020 condicionam e determinam o quadro de programação do Acordo de Parceria “Portugal 2020”, subscrito pelo Governo Português, que estabelece as orientações de aplicação dos fundos estruturais para o período 2014-2020, bem como os domínios temáticos, constituindo o referencial de enquadramento do diagnóstico e do quadro estratégico do Programa Operacional Capital Humano (POCH).

Entre os principais constrangimentos ao sucesso da economia portuguesa salientam-se os elevados níveis de abandono precoce da educação e formação por parte dos jovens, face à média comunitária, apesar da acentuada quebra verificada nos últimos anos, associadas a elevadas taxas de insucesso.

Assim, no domínio do Capital Humano, dos cinco grandes objetivos, destacam-se dois: a promoção do sucesso e a redução do abandono escolar e a promoção da qualidade e da regulação do sistema de educação e formação.

Como medidas concretas apontam-se a diversificação das ofertas de educação e formação profissional e a melhoria da articulação entre a educação, a formação e o mundo do trabalho através de políticas que fomentem a criação de cursos de dupla certificação.

A nível nacional, a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP) assume o ajustamento desta oferta de qualificação às necessidades da economia e do mercado como um objetivo estratégico para o desenvolvimento económico e social do

país, dizendo apostar na valorização crescente das ofertas de Ensino Profissional. É a ANQEP que define as orientações metodológicas e os critérios de ordenamento para o planeamento e a concertação das redes de ofertas profissionalizantes, desenvolvendo o processo em articulação com a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE).

As Comunidades Intermunicipais (CIM) /Áreas Metropolitanas (AM) são parceiras da ANQEP e da DGEstE no processo de planeamento e concertação dessas redes.

O Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificação (SANQ) é o instrumento que enquadra as necessidades de qualificações a nível regional/sub-regional, articulado com princípios e critérios que permitem a ordenação das várias propostas apresentadas.

Para os Cursos Profissionais, a ANQEP definiu quatro critérios para a definição da rede: proporcionalidade; relevância; desempenho e sustentabilidade e coesão.

É tendo em conta estes critérios, a capacidade instalada, a perspectiva de procura por parte dos alunos e a necessidade de contribuir para que o nosso país consiga alcançar a meta dos 50% dos alunos do nível secundário em ofertas profissionalizantes, que elaboramos as nossas propostas.

A nível local, em cada uma das nossas seis delegações (Barreiro, Beja, Guimarães, Lisboa, Porto e Seixal), os Conselhos Consultivos, onde estão representados empresários e outros parceiros económicos, autarquias, professores, alunos e encarregados de educação, definem as propostas de oferta formativa que submetemos e que são, posteriormente, concertadas ao nível territorial da respetiva CIM/AM, em reuniões de rede.

6. Objetivos Estratégicos e Metas a Atingir

6.1 Objetivos da (Política da) Qualidade

A promoção da qualidade e da regulação é um dos cinco grandes objetivos do domínio do Capital Humano o que passa, naturalmente, pelo compromisso com a qualidade de cada um dos operadores.

No Projeto Educativo da EPBJC, o objetivo da qualidade é um ponto transversal a todos os outros.

No âmbito da promoção da qualidade, desenvolvemos intervenções que nos permitam:

- Construir um modelo pedagógico que envolva os próprios alunos na construção das suas aprendizagens (aprendizagem cooperativa), 'aprender fazendo' (metodologia de projeto) e que tem em conta os conhecimentos, competências e necessidades de cada um (diferenciação pedagógica e estudo autónomo);
- Promover a formação contínua dos professores e formadores através da autoformação cooperada de professores, proporcionando o seu desenvolvimento profissional;
- Melhorar a orientação dos jovens pelos serviços de psicologia e orientação;
- Avaliar, interna e externamente, nomeadamente pela adesão ao sistema EQAVET, desenvolvendo os adequados sistemas de monitorização e acedendo à respetiva acreditação;
- Fazer os ajustamentos ao nível da gestão curricular, de modo a elevar os níveis de conhecimentos;
- Melhorar a eficiência da utilização de recursos colocados à disposição dos professores e formadores;
- Ajustar as ofertas educativas às necessidades das economias locais e regionais.

6.2 Objetivos do Projeto Educativo

Definimos dois grandes objetivos:

- Aprofundar a cultura escolar de sucesso educativo de todos os alunos;
- Promover a educação pela cidadania, tendo como principal referência os princípios e valores consagrados na Constituição da República Portuguesa.

Para atingir estes objetivos, desenvolvemos uma cultura profissional, com a participação de todos os professores e alunos, na construção de um modelo pedagógico coerente com os objetivos enunciados.

No âmbito do sucesso educativo, definimos como objetivos:

- Diminuir a taxa de desistências;

- Aumentar a taxa de conclusão dos alunos que frequentam o ciclo de formação completo;
- Diminuir o número de alunos com módulos em atraso e o seu montante global;
- Diminuir o absentismo injustificado e o número de horas que precisam de ser compensadas;
- Desenvolver estratégias de apoio ao prosseguimento de estudos;
- Acompanhar a inserção no mercado de trabalho.

Para aprofundar a educação pela cidadania, daremos prioridade às seguintes aprendizagens:

- Aumentar os conhecimentos dos alunos sobre temas relevantes, controversos e atuais, melhorando a sua compreensão e tornando-os mais conscientes das suas aprendizagens;
- Desenvolver capacidades de análise de informação, o pensamento crítico e de argumentação, para formar opiniões fundamentadas;
- Desenvolver o espírito de iniciativa dos alunos enquanto construtores sociais do seu percurso de vida;
- Aprofundar o funcionamento democrático da Escola;
- Desenvolver projetos com a comunidade, promovendo valores como a justiça social, a igualdade, a coragem e a solidariedade.

Sobre a educação pela cidadania democrática, desenvolvem-se as seguintes ações:

- Através do tema anual da Escola, aumentar os conhecimentos dos alunos sobre um tema relevante e atual, desenvolvendo o seu espírito crítico;
- No espaço curricular designado por "Área de Integração", selecionar seis temas, dois por cada ano letivo, dando prioridade ao desenvolvimento de competências sociais;
- Promover a consciência crítica sobre as questões da saúde, higiene e segurança no trabalho e ambiente, que deve ser transversal e estar presente em todas as áreas curriculares em particular, na área técnica e na formação em contexto de trabalho;
- Organizar as Comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio, envolvendo todas as turmas;

- À medida que se vão criando condições, cada turma deve ter um projeto com a comunidade;
- Através do funcionamento regular dos Conselhos de Delegados de cada Delegação (reunindo uma vez por trimestre) e das Assembleias de Turma, aprofundar o funcionamento democrático da Escola, melhorando a participação dos alunos aos mais diversos níveis;
- Na chamada “Hora de Orientação Educativa de Turma”, que consta no horário semanal, discutir regular e sistematicamente todos os problemas dos alunos no plano das aprendizagens, dos comportamentos e dos projetos.

6.3 Metas a Atingir

Em termos de sucesso educativo propomos atingir as seguintes metas por delegação:

Metas das Turmas dos Cursos Profissionais – Ciclo de formação 2015/2018 e Ano letivo 2017/2018

Indicadores	Período	Barreiro	Beja	Guimarães	Lisboa	Porto	Seixal	Média Nacional
INDICADORES DO EQAVET								
Taxa de Conclusão	Ciclo Formação 15/18	75%	65%	55%	85%	85%	80%	77%
Taxa de Colocação no mercado de trabalho	Ciclo Formação 15/18	67%	84%	93%	65%	75%	85%	76%
Taxa de Empregabilidade na área de formação	Ciclo Formação 15/18	25%	20%	40%	30%	40%	25%	30%
Grau de Satisfação dos Empregadores	Ciclo Formação 15/18	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%
Taxa de Prosseguimento de Estudos	Ciclo Formação 15/18	33%	14%	7%	35%	25%	15%	24%
OUTROS INDICADORES DA EPBJC								
Taxa de Desistência	Ciclo Formação 15/18	22%	30%	37%	15%	10%	13%	19%
	Ano Letivo 17/18	10%	10%	11%	5%	5%	8%	8%
Taxa Absentismo	Ano Letivo 17/18	7%	9%	9%	7%	7%	9%	7,8%
Taxas de Módulos Não Realizados (% de Alunos)	Ano Letivo 17/18	20%	35%	36%	25%	30%	25%	27%
Taxas de Módulos Não Realizados (% de Módulos)	Ano Letivo 17/18	2%	5%	5%	2%	3%	2%	2,8%
Taxa de Transição	Ano Letivo 17/18	80%	78%	65%	90%	91%	91%	85%
Taxa de Empregabilidade ou Prosseguimento de estudos	Ciclo Formação 15/18	65%	60%	70%	65%	65%	65%	65%

Metas das Turmas dos Cursos Profissionais – Ciclo de formação 2016/2019 e Ano letivo 2018/2019

Indicadores	Período	Barreiro	Beja	Guimarães	Lisboa	Porto	Seixal	Média Nacional
INDICADORES DO EQAVET								
Taxa de Conclusão	Ciclo Formação 16/19	75%	68%	55%	81%	87%	80%	77%
Taxa de Colocação no mercado de trabalho	Ciclo Formação 16/19	80%	80%	85%	75%	75%	80%	79%
Taxa de Empregabilidade na área de formação	Ciclo Formação 16/19	30%	30%	60%	30%	45%	30%	36%
Grau de Satisfação dos Empregadores	Ciclo Formação 16/19	80%	90%	95%	80%	95%	80%	86%
Taxa de Prosseguimento de Estudos	Ciclo Formação 16/19	20%	20%	19%	25%	25%	15%	21%
OUTROS INDICADORES DA EPBJC								
Taxa de Desistência	Ciclo Formação 16/19	12%	28%	45%	19%	10%	17%	19%
	Ano Letivo 18/19	10%	8%	15%	3%	5%	7%	7%
Taxa Absentismo	Ano Letivo 18/19	8%	7%	8%	5%	6%	10%	7%
Taxas de Módulos Não Realizados (% de Alunos)	Ano Letivo 18/19	25%	30%	30%	16%	35%	30%	27%
Taxas de Módulos Não Realizados (% de Módulos)	Ano Letivo 18/19	4%	7%	5%	2%	5%	3%	4%
Taxa de Transição	Ano Letivo 18/19	82%	90%	85%	95%	92%	93%	90%
Taxa de Empregabilidade ou Prosseguimento de estudos	Ciclo Formação 16/19	70%	85%	90%	70%	70%	70%	74%

6.4 Identificação dos Stakeholders

Designação	Tipologia	Envolvimento	Responsabilidades	Momento de envolvimento	Evidências do envolvimento
Direção da Escola	Interno	Parcial	Decidir a implementação do Sistema de Avaliação da Qualidade	Ao longo do processo	Ata da reunião
Direção Geral e Presidente da Direção Pedagógica	Interno	Total	Dirigir e definir as tarefas e responsabilidades dos vários intervenientes no processo de implementação do Sistema da Qualidade EQAVET	Na fase de implementação e ao longo do processo	
			Controlar a execução das diversas etapas	Ao longo do ano letivo e do ciclo de formação	Balanços trimestrais, relatórios de atividades e balanços dos ciclos de formação
Direção Pedagógica	Interno	Total	Discutir as metas e objetivos a atingir a nível geral e por delegação	Até 31 julho	Atas das reuniões
			Definir as metas e objetivos a atingir	Até 30 outubro	
			Avaliar os resultados obtidos a nível geral e por delegação e rever as estratégias adotadas	Trimestralmente e no final do ano letivo	Atas das reuniões Balanços trimestrais, relatórios de atividades e balanços dos ciclos de formação
Direção das delegações	Interno	Parcial	Definir, em articulação com a Comissão Pedagógica, a proposta de objetivos e metas a atingir	Até 20 julho	Apresentação da proposta à Direção Pedagógica
			Dirigir o processo de recolha dos dados	No calendário estabelecido para as diversas etapas	Respostas aos inquéritos por parte dos alunos
			Avaliar, em articulação com os órgãos da delegação, os resultados obtidos na delegação	Até 20 julho de cada ano letivo	Atas das reuniões dos órgãos

Designação	Tipologia	Envolvimento	Responsabilidades	Momento de envolvimento	Evidências do envolvimento
			e definir estratégias para melhorar e/ou propor novas metas a atingir		
Comissões Pedagógicas das delegações	Interno	Parcial	Participar na definição da proposta de objetivos e metas a atingir	Até 15 julho	Atas das reuniões
			Avaliar os resultados obtidos na delegação e definir estratégias para melhorar e/ou propor novas metas a atingir	Nas reuniões regulares ao longo do ano letivo e no final do ciclo de formação	
Conselhos de Turma	Interno	Parcial	Propor os objetivos e metas para a turma	Primeira quinzena de maio	Atas das reuniões
			Avaliar os resultados da turma Definir Plano estratégico da turma	Reuniões de avaliação	
Alunos	Interno	Parcial	Responder aos diversos inquéritos aplicados	À entrada no curso No último ano do curso 6 e 18 meses após a conclusão do curso Avaliação dos professores	Respostas recebidas
			Participar na avaliação dos resultados da turma e apresentar propostas de melhoria	Assembleia de turma	Atas da Assembleia
			Participar no Conselho Consultivo da delegação através dos seus representantes	Reuniões do Conselho Consultivo	Atas das reuniões
Pais e Encarregados Educação	Externo	Parcial	Participar em reuniões onde são apresentados os objetivos do Projeto Educativo da Escola e o Regulamento Interno	Início do ano letivo	Atas das reuniões
			Participar nas reuniões de avaliação com o/a OET e apresentar sugestões de melhoria	No final de cada período letivo	Atas ou registos das reuniões

Designação	Tipologia	Envolvimento	Responsabilidades	Momento de envolvimento	Evidências do envolvimento
			Participar no Conselho Consultivo da delegação através dos seus representantes	Reuniões do Conselho Consultivo	Atas das reuniões
Empresas e/ou Instituições	Externo	Parcial	Participar no Conselho Consultivo da respetiva Delegação	Na definição da oferta formativa	Atas das reuniões
			Proporcionar a realização de estágios curriculares	Período de realização dos estágios	Celebração de protocolos
			Participar na avaliação da qualidade da formação e apresentar propostas de melhoria	Final do estágio curricular	Resposta ao questionário
			Avaliar as competências dos trabalhadores diplomados pela EP BJC	Janeiro (18 meses após a conclusão do curso)	
Autarquias Locais	Externo	Parcial	Participar no Conselho Consultivo da respetiva Delegação	Na definição da oferta formativa	Participação nas reuniões
			Pronunciar-se sobre as necessidades de formação, atendendo ao tecido económico-social e a rede escolar do respetivo território	Na fase de elaboração das candidaturas	Parecer sobre a oferta formativa da Escola

7. Responsabilidades no Âmbito da Garantia da Qualidade

Direção da Escola – Decide implementar o Sistema da Qualidade alinhado com o Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Profissional.

Direção Geral e Presidente da Direção Pedagógica – Definem as tarefas e responsabilidades dos vários intervenientes no processo de implementação do Sistema da Qualidade alinhado com o EQAVET. Controlam a execução das diversas etapas, nomeadamente, recolha de informação, tratamento da informação, elaboração de relatórios e divulgação de resultados.

Direção Pedagógica – Estabelece os objetivos e as metas a atingir a nível nacional e por delegação, avalia os resultados obtidos e define novas metas e estratégias para os alcançar.

Comissão Pedagógica (Delegação) – Participa na definição da proposta de objetivos e metas a atingir pela delegação. Avalia os resultados obtidos na delegação e define estratégias para melhorar e/ou propor novas metas a atingir.

Direção das delegações – Em articulação com a Comissão Pedagógica define a proposta de objetivos e metas a atingir, avalia os resultados obtidos e elabora estratégias para melhorar e/ou propor novas metas. Dirige o processo de recolha de dados.

Direção dos Serviços Pedagógicos/Observatório da Qualidade – É o serviço responsável pelo processo de recolha de informação, utilizadas as diversas fontes disponíveis, tais como questionários, programa informático, etc., de acordo com o calendário definido; pelo tratamento dos dados, a elaboração de relatórios. Participa na preparação da divulgação dos resultados e na definição de novas metas e procedimentos.

Professores – Participam na elaboração da proposta de objetivos e metas a atingir pelas turmas onde lecionam, avaliam os resultados e definem as estratégias a implementar para atingir os objetivos definidos. Participam na recolha de informação, nomeadamente, junto das empresas.

Pessoal não docente – Garante o cumprimento das obrigações legais e processuais a nível, administrativo, pedagógico e financeiro. O pessoal não docente deve colaborar, também, no acompanhamento e integração dos/as alunos/as na comunidade educativa, incentivando o respeito pelas regras de convivência, promovendo um bom ambiente educativo e contribuindo, em articulação com os/as docentes, os pais ou Encarregados/as de Educação, para prevenir e resolver problemas comportamentais e de aprendizagem.

Alunos – Participam na definição dos objetivos e metas a atingir através das Assembleias de Turma e o Conselho de Delegados da Delegação. Respondem aos diversos inquéritos aplicados. Pela sua participação e empenho nas atividades de aprendizagem são a principal garantia para que os objetivos e metas sejam atingidos.

Encarregados de educação – acompanham ativamente a vida escolar do/a seu/sua educando/a, zelando pelo cumprimento dos seus deveres, em especial quanto à assiduidade, pontualidade e disciplina; pela colaboração no processo de ensino dos/as seus/suas educandos/as, em especial quando para tal forem solicitados pelos/as professores/as ou outros responsáveis da escola; por promover junto dos/as seus/suas educandos/as a cultura do respeito para com os/as professores/as e demais pessoal da escola, contribuindo para a preservação da disciplina e harmonia da comunidade educativa. Nas reuniões trimestrais avaliam os resultados, dão parecer sobre metas e objetivos e fazem sugestões de melhoria.

Empregadores - Assumem particular relevância, no diagnóstico das necessidades de formação; em proporcionar formação tecnológica e prática em contexto real; na promoção de eventos enriquecedores do currículo dos/as alunos/as. O desenvolvimento de competências dos/as alunos/as para o exercício de uma profissão implica que estejamos articulados com as entidades empregadoras. Através da sua representação no Conselho Consultivo avaliam as metas e fazem propostas de revisão e melhoria.

Quadro Síntese das Tarefas e Responsabilidades Executivas

Atividade/Função	Direção Geral	Presidente da Direção Pedagógica	Direção das Delegações	Direção Serviços Pedagógicos Observatório da Qualidade	Professores	Alunos
Definição de metas e procedimentos	0	0	Y	Y	Y	Y
Recolha de informação	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>	X	X	X	X
Tratamento de Informação	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>		X		
Elaboração de Relatórios	0 X <input type="checkbox"/>	0 X <input type="checkbox"/>		X		
Divulgação de Resultados	0 X	0 X		Y		
Legenda: 0 - Decide <input type="checkbox"/> - Controla X - Executa Y - Participa						

8. Indicadores em uso

Indicadores	Processo de recolha	Momento de recolha	Momento do tratamento
Percurso escolar à entrada	Aplicação de questionário	Início do curso	Até final setembro para envio às delegações
Absentismo	Programa de gestão Pedagógica	Final do 1.º e 2.º período Final do ano letivo	Até 2ª semana do 2.º e 3.º período Até final de julho
Módulos Não Realizados	Programa de gestão Pedagógica	Final do 1.º e 2.º período Final do ano letivo	Até 2ª semana do 2.º e 3.º período Até final de julho
Desistências	Informação enviada pelas delegações	Final do 1.º e 2.º período Final do ano letivo	Até 2ª semana do 2.º e 3.º período Até final de julho
Taxa de Transição	Programa de gestão Pedagógica	Final do ano letivo (10.º e 11.º ano)	Final do ano letivo
Avaliação da Formação	Aplicação de questionário aos alunos no 12.º ano	Final do 2.º período	Até 20 de janeiro (integrado no balanço do ciclo de formação)
Taxa de Conclusão	Programa de gestão Pedagógica Pautas Finais de Curso	Fim do ciclo de formação e final de dezembro	Até 20 de janeiro do ano seguinte
Taxa de Empregabilidade / Prosseguimento de Estudos	Aplicação de questionário	6 meses após a conclusão do curso (fevereiro)	Até final de abril
Utilização de Competências adquiridas no local de trabalho	Inquérito às empresas	18 meses após a conclusão do curso (janeiro)	Até final de abril
Avaliação das empresas / instituições onde decorre a FCT	Aplicação de questionário	Final do estágio no 12.º ano	Até final de setembro

9. Explicação da estratégia de monitorização de processos tendo em conta as fases do ciclo da qualidade

O Projeto Educativo e o Plano Anual de Atividades são os documentos de referência para o planeamento e o desenvolvimento das diversas ações ao longo do processo de avaliação e as suas diversas tarefas. A definição das metas seguirá a seguinte metodologia:

- Na 1ª semana do mês de outubro, os Conselhos de Turma das novas turmas (10º ano) definirão as propostas de metas relativamente aos indicadores de assiduidade, aproveitamento escolar (módulos realizados) e desistências. Sobre estas propostas é dado parecer nas Assembleias de Turma, no início desse mês. Estas propostas serão ratificadas em reunião de Comissão Pedagógica e constarão do Projeto Curricular da respetiva turma;
- Até dia 31 de maio, os Conselhos de Turma do 10º e 11º ano definirão as propostas de metas sobre aqueles indicadores para o ano letivo seguinte. Sobre estas propostas é dado parecer nas Assembleias de Turma, no início do 3º período. Estas propostas serão ratificadas pela Comissão Pedagógica e também integrarão os respetivos Projetos Curriculares de Turma;
- No final do 2.º período os Conselhos de Turma e Assembleias de Turma do 12º ano definirão as propostas de metas para os indicadores: taxa de prosseguimento de estudos, taxa de colocação no mundo do trabalho, taxa de colocação na área de formação e grau de satisfação dos empresários;
- A Comissão Pedagógica de cada Delegação proporá, até 20 de julho, os seus objetivos e metas, com base nos quais a Direção Pedagógica definirá, até 31 de julho, os indicadores para toda a Escola para o ano letivo seguinte.

A recolha de dados processa-se do seguinte modo:

- No início do Curso, em setembro, será aplicado um questionário aos novos alunos com o objetivo de conhecer o seu percurso escolar, o contexto sociocultural das famílias e as expectativas. Até ao final de setembro estes inquéritos serão tratados pelo Departamento Pedagógico e os resultados serão enviados para as delegações, servindo de base de trabalho para que os respetivos Conselhos de Turma definam as primeiras metas;

- No final do 1º, 2º e 3º trimestre, através do programa de gestão pedagógica, serão recolhidos dados sobre desistências, módulos em atraso e horas por compensar. Duas semanas após a respetiva recolha estes dados serão tratados e enviados às delegações;
- No final do 10º ano e 11º ano, através do programa de gestão pedagógica, serão apuradas as taxas de transição de cada turma;
- No 12º ano, no final do 2º período, antes da ida dos alunos para Formação em Contexto de Trabalho, será solicitado aos mesmos o preenchimento de um inquérito em que avaliarão diversos aspetos de vida escolar (aulas, relação com os professores e outros trabalhadores, com a direção da delegação, opinião sobre equipamentos e instalações, etc.). Estes dados, depois de tratados, serão integrados no balanço do ciclo de formação;
- No final de dezembro será apurada a taxa de conclusão do ciclo de formação, através do programa de gestão pedagógica, e incluída no balanço referido no parágrafo anterior;
- Seis meses após a conclusão do Curso (até final de fevereiro), através de um questionário aplicado aos alunos, será apurada a taxa de colocação no mundo do trabalho, a taxa de prosseguimento de estudos e a colocação na área de formação, sendo o relatório elaborado até 31 de março. Este apuramento voltará a ser feito 18 meses após a conclusão do curso;
- No mês de janeiro (18 meses após a conclusão do curso), será feito um inquérito às empresas onde estão colocados ex-alunos para apurar a utilização de competências adquiridas no local de trabalho, bem como o grau de satisfação dos empresários e/ou empregadores. O relatório será, também, elaborado até 30 de abril.

O grau de cumprimento das metas definidas, os possíveis desvios e a definição de estratégias para a sua concretização serão realizados de forma sistemática e periódica nos seguintes órgãos:

- No final de cada período, os Conselhos de Turma farão a avaliação dos indicadores relativos à assiduidade, aproveitamento escolar (módulos não realizados) e desistências. Serão definidas as estratégias a adotar, que por sua vez serão integradas no Projeto Curricular de Turma. Estes resultados e medidas serão discutidos pelos alunos, para respetivo parecer, em Assembleias de Turma, a realizar no início do 2º e 3º período;

- No início do 2º e 3º período e até 20 de julho, a Comissão Pedagógica da Delegação fará a avaliação destes resultados ao nível da respetiva delegação e tomará as medidas adequadas;
- No final de cada período, a Direção Pedagógica analisará os resultados a nível nacional e definirá as orientações que as delegações deverão adotar.

10. Análise integrada dos resultados dos indicadores

Após o final de cada ano letivo, será elaborado o Balanço Anual, até ao final do mês de outubro, incidindo sobre os resultados dos principais indicadores, tendo como objetivo auxiliar na definição ou redefinição de objetivos para o ano seguinte.

Neste relatório serão, também, incorporados e analisados os resultados sobre colocação no mundo do trabalho, a percentagem de alunos nas respetivas áreas de formação, a utilização das competências adquiridas e o grau de satisfação das entidades empregadoras, apurados e tratados nos meses de fevereiro e março, relativos ao último ciclo de formação.

Para cada um destes indicadores será definido um plano de ações, que poderá conter mais do que um objetivo específico, e que, tendo em conta os principais resultados apurados no Balanço Anual, definirá metas para o ano letivo seguinte, os objetivos a melhorar, as estratégias e etapas para alcançar esses objetivos, identificará os responsáveis pela implementação dessas estratégias, o calendário para a sua implementação e fará uma avaliação comparativa para medir o sucesso das ações.

11. Estratégia de Comunicação e Divulgação dos Resultados

A estratégia de comunicação e divulgação dos resultados alcançados será realizada nos Conselhos Consultivos (até 31 de janeiro), nas Assembleias de Turma (início do mês de outubro, em cada ano letivo), na Reunião Geral de Trabalhadores (até 30 de setembro), na página institucional da EPBJC e afixada nas delegações, em local visível pela comunidade escolar (até final de outubro). Deste modo será possível proceder à divulgação de resultados junto de alunos, professores, encarregados de educação, trabalhadores, comunidade

educativa e qualquer elemento do público geral que possa ter interesse em conhecer estes dados.

Os documentos que serão divulgados para o público em geral, para além do Projeto Educativo de Escola e do Relatório de Atividades da AEBJC, são o Documento Base, o Balanço Anual, o Plano de Ação e o Plano de Melhoria, com o respetivo planeamento.